



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA - PARANÁ
CNPJ - 76.020.452/0001-05
PRAÇA MIRAZINHA BRAGA 87 - CENTRO
CEP 83750-000 - (41) 3547-8000
www.lapa.pr.gov.br



Ofício nº 111/GAB/PROC

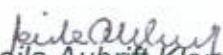
Lapa, 17 de Outubro de 2013.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 073/2013, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

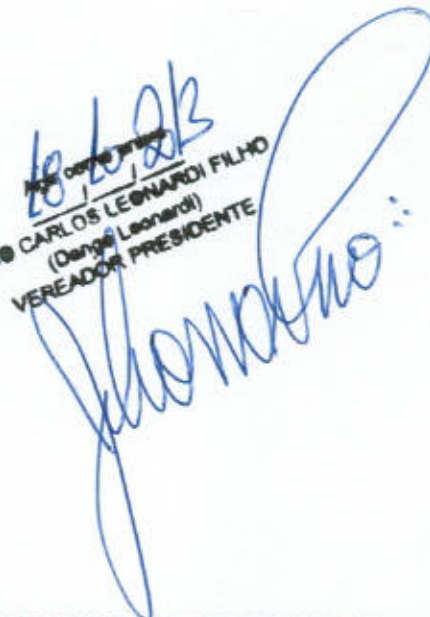
Cordialmente


Leila Aubrift Klenk
Prefeita Municipal

Camara Municipal da Lapa
Protocolo 000963 / 2013 18/10/2013
Leila Aubrift Klenk
Projeto de Lei
ANTONIQR 14:39:23



Exmo. Sr.
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta


18/10/2013
JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
(Dengo Leonardi)
VEREADOR PRESIDENTE



PROJETO DE LEI Nº 073, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Prefeita Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar até o limite de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), dentro da seguinte dotação orçamentária:

13 - Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo
13.02 - Departamento de Obras e Viação Urbana
15.451.0041.2.082 - Obras Públicas
385:3.3.90.39.00.00.1000-Outros Serviços de Terc.-Pessoa Jurídica..R\$ 140.000,00
TOTAL.....R\$ 140.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior será utilizado como recurso o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

13 - Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo
13.02 - Departamento de Obras e Viação Urbana
15.451.0041.2.082 - Obras Públicas
386: 4.4.90.51.00.00.1000 - Obras e Instalações.....R\$ 11.600,00

13.04 - Departamento de Serviços Urbanos e Limpeza Pública
15.452.0042.2.084 - Serviços Urbanos e Limpeza Urbana
397: 4.4.90.51.00.00.1000 - Obras e Instalações.....R\$ 2.300,00
398: 4.4.90.52.00.00.1000-Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 13.700,00

13.05 - Departamento de Logística
26.782.0044.2.085 - Manutenção de Transportes
405: 4.4.90.51.00.00.1000 - Obras e Instalações.....R\$ 19.900,00
406: 4.4.90.52.00.00.1000 - Equipamentos e Material Permanente....R\$ 41.700,00

13.06 - Departamento de Conservação de Próprios Municipais
15.452.0041.2.086 - Manutenção de Próprios Municipais
407: 3.3.90.30.00.00.1000 - Material de Consumo.....R\$ 20.000,00
409:3.3.90.39.00.00.1000-Outros Serviços de Terc.-Pessoa Jurídica...R\$ 13.800,00

ho



PROJETO DE LEI Nº 073, DE 17.10.13

... 02

16 - Secretaria Extraordinária de Habitação

16.01 – Gabinete do Secretário

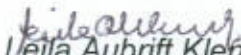
16.482.0035.2.092 – Manutenção da Secretaria de Habitação

430: 3.1.90.04.00.00.1000 – Contratação por Tempo Determinado.....R\$ 17.000,00

TOTAL.....R\$ 140.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 17 de outubro de 2013.


Leila Aubriff Klenk
Prefeita Municipal



**PREFEITURA
MUNICIPAL DA LAPA**

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
CNPJ - 76.020.452/0001-05
PRAÇA MIRAZINHA BRAGA 87 - CENTRO
CEP 83750-000 - (41) 3547-8000
www.lapa.pr.gov.br



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI N° 073, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Venho por meio deste, submeter a essa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade obter autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, destinado a contratação de uma Instituição de Ensino e Pesquisa para a realização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Informo ainda que, os valores relativos a esta suplementação, serão efetivados por meio do cancelamento parcial das dotações orçamentárias constantes no artigo 2º deste Projeto de Lei.

Contando com vossa qualificada análise e ciente do intuito de cooperação, aguardo a aprovação deste pleito.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 17 de outubro de 2013.


Lella Aubriff Klenk -
Prefeita Municipal

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Protocolado na Secretaria no Dia 18/10/2013.

Apresentado em Expediente do Dia 21/10/2013.

À COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Redação, em 21/10/2013.



JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA
ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
WILMAR JOSÉ HORNING

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 24 / 10 / 2013



FENELON BUENO MOREIRA
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA
ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
WILMAR JOSÉ HORNING

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Protocolado na Secretaria no Dia 18/10/2013.

Apresentado em Expediente do Dia 21/10/2013.


SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2013.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

ELIO N. WESOLOWSKI

Em 24/10/2013


FENELON BUENO MOREIRA
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 25/10/2013



Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
PRESIDENTE – FENELON BUENO MOREIRA
ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
WILMAR JOSÉ HORNING

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Protocolado na Secretaria no Dia 18/10/2013.

Apresentado em Expediente do Dia 21/10/2013.

À COMISSÃO DE

Economia, Finanças e Orçamento, em 21/10/2013.



JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO
Presidente da Câmara Municipal da Lapa

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI
MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS
WILMAR JOSÉ HORNING

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

RECEBIMENTO PELA COMISSÃO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento**, no uso de suas prerrogativas regimentais RECEBE nesta data a proposição acima citada ciente de que terá prazo de 02 (dois) dias úteis para que designe relator conforme contido no § 2º do Artigo 56 do Regimento Interno, desta Casa de Leis.

LAPA em 22 / 10 / 2013



ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI

Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOŁOWSKI

MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS

WILMAR JOSÉ HORNING

PROJETO DE LEI Nº 073/2013

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Protocolado na Secretaria no Dia 18/10/2013.

Apresentado em Expediente do Dia 21/10/2013.

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO

O Presidente da Comissão de **Economia, Finanças e Orçamento** em conformidade com o que determina o Artigo 20, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, designa o Vereador _____, para compor a referida Comissão, na tramitação do anteprojeto de Lei nº ____/2013, em substituição ao autor do mesmo.

Designo para relatar sobre a matéria o Vereador

Mário Jorge Padilha Santos

Em 22/10/2013

Élio Narlok Wesolowski
ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

RECEBIMENTO DO RELATOR

Recebi o projeto em 22/10/2013

Wilmar José Horning

Relator

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE – ÉLIO NARLOK WESOLOWSKI
MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS
WILMAR JOSÉ HORNING



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



LAPA - PARANÁ

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER

Projeto de Lei nº 073/2013

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Esta Assessoria Jurídica recebe para análise o Projeto de Lei nº 073/2013 de autoria do Executivo Municipal, o qual busca a Abertura no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, até o limite de R\$ 134.000,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil Reais), que será utilizado para destinação à contratação de uma Instituição de Ensino e Pesquisa para a realização do Plano Municipal de saneamento básico.

Conforme dispõe o artigo 2º do respectivo Projeto de Lei para cobertura do crédito autorizado serão utilizados como recurso os valores provenientes do cancelamento parcial das dotações orçamentárias elencadas neste mesmo artigo.

Consta na justificativa do presente Projeto de Lei que os valores relativos a esta suplementação, serão efetivados nos termos do artigo 2º, conforme estabelecido no Projeto acima descrito.

Ademais, a Lei Orgânica do Município em seus artigos 171 e 172 diz que compete:

Art. 171- O Município juntamente com o Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único- O programa de que se trata este artigo será regulamentado através de lei no sentido de garantir a maior parcela possível da população, o abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de resíduos, bem como os serviços de drenagem de águas pluviais e a proteção dos mananciais potáveis.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



LAPA - PARANÁ

ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 172 - É de competência comum do Estado e do Município, implantar o programa de saneamento referido no artigo anterior, cujas premissas básicas serão respeitadas pelo Plano Diretor da Cidade.

O suporte Constitucional é extraído do inciso V, do artigo 167, o qual diz que:

Art. 167 – São vedados:

(...)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

A Lei 4320/64, diz que:

Art. 43 – A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

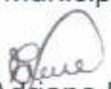
II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, podendo o mesmo ter o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis com deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer. S.M.J.

Poder Legislativo Municipal em 22 de outubro de 2013.


Clarice Adriana Dussmann
OAB/PR 63.637



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

Projeto de Lei nº 073/2013

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 073/2013 de autoria do Executivo Municipal, o qual tem por objeto a Abertura no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, até o limite de R\$ 134.000,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil Reais), que será utilizado para destinação à contratação de uma Instituição de Ensino e Pesquisa para a realização do Plano Municipal de saneamento básico.

Consta no artigo 2º concernente ao Projeto de Lei ora em comento, que será utilizado para dar cobertura do crédito como recurso os valores provenientes do cancelamento parcial das dotações orçamentárias elencadas neste mesmo artigo.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Faz parte da justificativa do atual Projeto de Lei que os valores relativos a esta suplementação, serão efetivados nos termos do artigo 2º, conforme estabelecido no Projeto acima descrito.

Contudo, a Lei Orgânica do Município em seus artigos 171 e 172 diz que compete:

Art. 171- O Município juntamente com o Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único- O programa de que se trata este artigo será regulamentado através de lei no sentido de garantir a maior parcela possível da população, o abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de resíduos, bem como os serviços de drenagem de águas pluviais e a proteção dos mananciais potáveis.

Art. 172 - É de competência comum do Estado e do Município, implantar o programa de saneamento referido no artigo anterior, cujas premissas básicas serão respeitadas pelo Plano Diretor da Cidade.

Tem-se como suporte Constitucional o texto extraído do inciso V, do artigo 167, o qual diz que:

Art.167 – São vedados:

(...)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

A Lei 4320/64, diz que:

Art. 43 – A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ORÇAMENTO

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Pelo exposto, esta Comissão tem que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas econômicas e jurídicas, não havendo nenhum óbice legal, podendo o mesmo ter o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis com deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 24 de outubro de 2013.


Élio Nariok Wesolowski
Presidente


Mário Jorge Padilha Santos
Relator


Wilmar José Horning
Membro



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 073/2013

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Vem para esta Comissão analisar o Projeto de Lei nº 073/2013 de autoria do Executivo Municipal, o qual busca a Abertura no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, até o limite de R\$ 134.000,00 (Cento e Trinta e Quatro Mil Reais), que será utilizado para destinação à contratação de uma Instituição de Ensino e Pesquisa para a realização do Plano Municipal de saneamento básico.

Segundo o artigo 2º do respectivo Projeto de Lei para cobertura do crédito autorizado serão utilizados como recurso os valores provenientes do cancelamento parcial das dotações orçamentárias elencadas neste mesmo artigo.

Fazer parte da justificativa do Projeto de Lei que os valores relativos a esta suplementação, serão efetivados nos termos do artigo 2º, conforme estabelecido no Projeto acima descrito.

Além do mais, a Lei Orgânica do Município em seus artigos 171 e 172 diz que compete:

Art. 171- O Município juntamente com o Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, com o objetivo de promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único- O programa de que se trata este artigo será regulamentado através de lei no sentido de garantir a maior parcela possível da população, o abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de resíduos, bem como os serviços de drenagem de águas pluviais e a proteção dos mananciais potáveis.



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



LAPA - PARANÁ

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Art. 172 - É de competência comum do Estado e do Município, implantar o programa de saneamento referido no artigo anterior, cujas premissas básicas serão respeitadas pelo Plano Diretor da Cidade.

O suporte Constitucional é extraído do inciso V, do artigo 167, o qual diz que:

Art. 167 – São vedados:

(...)

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem a prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes.

A Lei 4320/64, diz que:

Art. 43 – A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

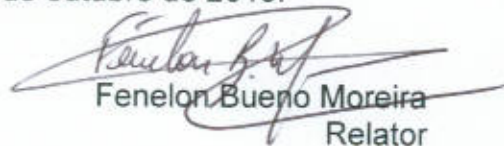
III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

Isto posto, tem-se que o Projeto de Lei ora apresentado atende as normas jurídicas, razão pela qual esta Comissão é favorável ao mesmo, podendo este ter o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis com deliberação pelo Douto Plenário.

É o parecer.

Poder Legislativo Municipal em 29 de outubro de 2013.


Élio Nariok Wesolowski
Presidente


Fenelon Bueno Moreira
Relator


Wilmar José Horning
Membro